

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

3° Mês de 2025

1. INTRODUÇÃO

2. ABORDAGEM DO RELATÓRIO



CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

医恶性牙毛	Banco	Agência	Dv	Conta Corrente	DVc	Saldo Banco	Saldo Contabil
Mês	Danco		6	0006000020	4	53.118,06	48.737,16
1	104	01288	O		1	70,419,58	34.789,39
2	104	01288	6	0006000020	e de la Perfer III.		55,443,52
3	104	01288	6	0006000020	4	67.009,04	55.445,52

O controlador interno verificou a situação de todas as conciliações bancárias na presente data e confrontou por amostragem algumas com seus respectivos extratos bancários e não foram constatadas divergências.

CONTRATO

Número	Data	Data Término	Tipo	Objeto	Valor
1/2025	31/01/2025	31/01/2025	Fornecimento de Serviços	SERICOS DE MANUTENCAO EM MICRO EM REDE LOCAL, PREST. SERVICOS EM SOFTWARE E COMPARTILHAMENTO DE INERNET/ARQUIVOS EM REDE LOCAL, E DEMIAIS	12.000,00

Total de Contratos até o período: 1, com valor total de R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

CONTROLE DE BENS PATRIMONIAIS

Conforme documentos do setor de patrimônio, os bens patrimoniais adquiridos no exercício até o período analisado estão devidamente cadastrados no Sistema, devendo ser feito inventário e atualização conforme prevê o novo PCASP. Todos os bens estão devidamente registrados no balanço patrimonial consequentemente o saldo patrimonial equivale ao registrado total no balanço.



CONTROLE DA DESPESA

O Orçamento Público, em sentido amplo, é um documento legal (aprovado por lei) contendo a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas no exercício. O orçamento é baseado em estudos e documentos cuidadosamente tratados que irão compor todo o processo de elaboração orçamentária da entidade. Tem como objetivo principal controlar os programas e projetos, em consonância com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), com acompanhamento da execução orçamentária através da avaliação das audiências públicas. Durante o acompanhamento das metas propostas no orçamentária através da avaliação das audiências públicas. Durante o acompanhamento das metas propostas no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual – LOA, foi verificado que algumas já foram executadas parcialmente e outras integralmente, as que ainda não foram realizadas no exercício corrente, caso não ocorra sua execução integral deverão ser contempladas nos exercícios subsequentes. De acordo com o resultado da despesa liquidada do exercício R\$ 151.047,47 (CENTO E CINQUENTA E UM MIL E QUARENTA E SETE CENTAVOS) não é necessário ser tomada nenhuma providencia por parte dos gestores pelo motivo de que SUPERÁVIT da meta estabelecida.



DESPESA ORÇAMENTÁRIA Comparativo da Despesa Empenhada com a Receita Arrecadada À Pagar À Liquidar Paga Liquidada Empenhada Rec. Arrecadada 759,09 153.597,51 289.556,48 290.315,57 443.913,08 0,00 960000 00 400000 00 200000.00

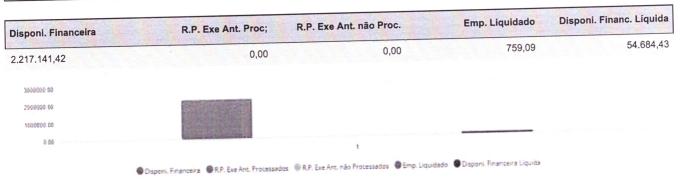
DESPESA REALIZADA/ORÇADA

Comparativo da Despesa Orçada com a Realizada.

Secretarias e Departamentos	Orçado	No Período	Até o Período
ACAO LEGISLATIVA	1.500.000,00	83.568,91	443.913,08
Total	1.500.000,00	83.568,91	443.913,08
	2130		 ● Orçado ● No Periodo ● Até o Periodo

Analisando o quadro acima ondem constam os valores orçados para o exercício de 2025, no valor R\$ 1.500.000,00 (UM MILHÃO E QUINHENTOS MIL REAIS), distribuídos pelas unidades orçamentarias demonstradas. Foi empenhado o valor de R\$ 443.913,08 (QUATROCENTOS E QUARENTA E TRÊS MIL E NOVECENTOS E TREZE REAIS E OITO CENTAVOS) acumulado até o período.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA



As disponibilidades financeiras correspondem ao valor realmente efetivo de recursos financeiros que o ente dispõe até o período realizado. Corresponde esse valor através do saldo inicial do exercício somando-se as entradas de recursos e retirando-se os pagamentos.



LICITAÇÃO

Número	Data	Modalidade	Objeto		Valor
1/2025	31/01/2025	Dispensa de Licitação	SERICOS DE MANUTENCAO EM MICRO EM REDE LOCAL, PREST. SERVICOS EM SOFTWARE E COMPARTILHAMENTO DE INERNET/ARQUIVOS EM REDE LOCAL, E DEMIAIS	12.000,00	

Total de Licitações até o período: 1, com valor total de R\$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)

Situação física dos investimentos em obras com data inicial até o período. Receita do Poder Legislativo Despesa com Folha de Pagamento 1.320.800,00 756.015,86 57,24

O montante da despesa com folha de pagamento foi da ordem de R\$ 756.015,86 (SETECENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL E QUINZE REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS), representando 57,24% da receita total do Poder R\$ 1.320.800,00 (UM MILHÃO E TREZENTOS E VINTE MIL E OITOCENTOS REAIS). Desta forma, fica evidenciado que o Poder Legislativo CUMPRIU o limite de 70,00% conforme estabelecido no artigo 29-A, § 1º da Constituição Federal.

Ø Total Repasse do Executivo(R\$1320800):
 Ø Despesa Folha de Pagamento(R\$756015.86)



ORÇAMENTO

CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

R\$	Despesa	R\$	Receita
1.440.000,00	DESPESAS CORRENTES	0,00	RECEITAS CORRENTES
50.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	RECEITAS DE CAPITAL
0,00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	(-) DEDUÇÕES
10.000,00	DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	0,00	RECEITAS INTRA-
1.500.000,00	TOTAL DESPESA	0,00	ORCAMENTÁRIAS TOTAL RECEITA
⊕ TOTAL RECEITA ⊕ TOTAL DESPESA			

Para o exercício de 2025 a despesa foi fixada e a receita foi estimulada no valor de R\$ 0,00 (ZERO REAIS). Receita Orçada para o exercício: A receita orçada para o exercício foi de R\$ 0,00 (ZERO REAIS), sendo: Receitas Correntes: R\$ 0,00 (ZERO REAIS). Receitas de Capital: R\$ 0,00 (ZERO REAIS). Deduções de Receita: R\$ 0,00 (ZERO REAIS). Despesa Orçada para o exercício: A despesa orçada para o exercício foi de R\$ 1.500.000,00 (UM MILHÃO E QUINHENTOS MIL REAIS), sendo: Despesa Corrente: R\$ 1.440.000,00 (UM MILHÃO E QUATROCENTOS E QUARENTA MIL REAIS). Despesa Capital: R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS). Reserva de Contingência: R\$ 0,00 (ZERO REAIS). Despesa Intra Orçamentária: R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS).



Página: 12 de 15

REMUNERAÇÃO DE VEREADORES

Remuneração Máxima dos Vereadores de 20 a 75% daquela estabelecida para os Deputados Estaduais (artigo 29, inciso VI da Constituição Federal):

Remuneração Vereador	Remuneraç <mark>ão D</mark> ep. Est.	%	Habitantes
5.700,00	34.774,64	16,39	4246

Valores referentes a remuneração de veradores

TESOURARIA

O controlador interno analisou as movimentações financeiras realizadas na tesouraria e consequentemente as conciliações bancarias. Não foi verificado nada que mereça destaquem, concluindo portanto que as movimentações estão de acordo com a legislação pertinente.

PARECER DO RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE

O Controle Interno do Município acompanha a Gestão Fiscal que trata da fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, ações quanto à verificação de procedimentos operacionais, examinando especialmente quanto ao atendimento dos princípios constitucionais, quanto à legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência dos atos de gestão.

Acompanhamos os trabalhos dos setores internos da Câmara Municipal de Populina que integram o sistema de controle interno e elaboramos o nosso relatório quadrimestral dando maior ênfase à aspectos e informações contidas nas demonstrações orçamentárias e contábeis, e os procedimentos operacionais efetuados no dia a dia pelos funcionários municipais, porém, destacamos que:

A responsabilidade pelo sistema de controle cabe à administração, nos termos da Constituição da República, Arts. 31 e 74:

A responsabilidade no controle de cada setor segue hierarquicamente cada chefia e é solidária ao auxiliar de controle interno e ao pessoal de cada departamento que exerce cargo ou função de direção, nos termos do que dispõe a Constituição da República, art. 74, § 1°;

A responsabilidade da Unidade de Controle Interno reside na coordenação técnica dos setores e no apoio dos auxiliares de controle interno de cada setor, no que se refere à observância dos princípios de controle interno, o inter-relacionamento entre os controles que compõem o sistema, a análise do controle quanto à relação custobenefício e quanto à verificação dos controles já constituídos. Foi verificado tambem a celebração de um termo de aditamento contratual com a Empresa Folha Regional Hoje - Luciana Cristina Possebom Bologna Jales - ME

CONCLUSÃO

No de 0, pela documentação analisada, pelos procedimentos operacionais que acompanhamos e com base nos relatórios simplificados que recebemos dos Auxiliares de Controle Interno de cada setor, não constatamos falhas, irregularidades ou desperdícios na gestão dos setores e dos recursos da Câmara Municipal de Populina.

Destaca-se por fim, quanto ao trabalho da Unidade de Controle Interno, que todas as atividades desenvolvidas e os apontamentos realizados aos setores e recomendações efetuadas encontram-se arquivados e disponíveis para análise do Tribunal de Contas do Estado.

CÂMARA MUNICIPAL DE POPULINA segunda-feira, 7 de abril de 2025

José João Ferreira Responsável pela Análise